



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0009621-84.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 281/2014 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **CLAUDINEI IRMER**

Aos 23 de novembro de 2015, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu **CLAUDINEI IRMER**, acompanhado de defensor, o **Drº Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas três testemunhas de acusação e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pela Dra. Promotora foi dito:**“MM. Juiz: CLAUDINEI IRMER, qualificado a fls.07, com foto as fls.23, foi denunciado como incurso no artigo 14 da Lei 10.826/03, porque em 17.09.14, por volta de 21h03, na rua 91, nº 3388, Cidade Aracy, nesta cidade e Comarca, portava arma de fogo de uso permitido, qual seja, 01(um) revólver marca Smith & Wesson, oxidada, de calibre 38, e mais 02 (duas) munições do mesmo calibre, intactas, e 06 (seis) dotadas de projétil de chumbo do tipo ogival íntegros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. **A ação é procedente**. O réu é confesso e há prova da materialidade do delito, conforme laudo de fls.33. Os policiais confirmaram o encontro da arma em poder do réu. Assim, requeiro a condenação, observando a confissão do réu em juízo, sendo que o réu é primário (fls.43/44). **Pela defesa foi dito:**“MM. Juiz. O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova, autorizando o reconhecimento da confissão espontânea. Na dosimetria da pena, requeiro fixação no mínimo, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Tratando-se de pena mínima superior a um ano, requer-se as aplicações das penas alternativas de prestação pecuniária e multa, requerendo desde já o abatimento da fiança já recolhida, para abatimento do montante. Por fim, requeiro o direito de apelar em liberdade. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:**“VISTOS. CLAUDINEI IRMER, qualificado a fls.07, com foto as fls.23, foi denunciado como incurso no artigo 14 da Lei 10.826/03, porque em 17.09.14, por volta de 21h03, na rua 91, nº 3388,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Cidade Aracy, nesta cidade e Comarca, portava arma de fogo de uso permitido, qual seja, 01(um) revólver marca Smith & Wesson, oxidada, de calibre 38, e mais 02 (duas) munições do mesmo calibre, intactas, e 06 (seis) dotadas de projétil de chumbo do tipo ogival íntegros, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Recebida a denúncia (fls.39), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.57). Nesta audiência foram ouvidas duas testemunhas comuns e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu condenação. A defesa pediu a aplicação de pena mínima com os benefícios legais, bem como direito de recorrer em liberdade. **É o relatório. DECIDO.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. A arma era apta a disparar, conforme laudo pericial de fls.33. O réu é primário e de bons antecedentes. Incide a atenuante da confissão, sendo de rigor a condenação. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Claudinei Irmer como incurso no artigo 14, *caput*, da Lei nº 10.826/03, c.c. artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando ser o réu primário e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que não pode trazer a sanção abaixo do teto mínimo. A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**. Presentes os requisitos legais, **substituo** a pena privativa de liberdade por: **a) prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo**, em favor de entidade com destinação social na Comarca de São Carlos, a ser oportunamente indicada e b) **uma de multa, ora fixada em 10(dez) dias-multa**, na proporção antes definida, a qual deverá se somar à multa anteriormente imposta. A fiança poderá ser utilizada para abatimento das penas. O réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):